



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM: UMA PERSPECTIVA
DEMOCRÁTICA**

NÍVEA CRISTINA DE ARAÚJO VIANA

BETIM, 2015

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM: UMA PERSPECTIVA
DEMOCRÁTICA**

Trabalho apresentado como requisito necessário para a conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação da Professora Micheli Virgínia de Andrade Feital do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

BETIM, 2015

RESUMO

Este artigo busca descrever e caracterizar os aspectos relacionados à avaliação numa perspectiva democrática e suas implicações no processo de aprendizagem. Reflete sobre as formas de avaliar vinculadas à prática docente, na tentativa de otimizar este processo avaliativo em prol da aprendizagem do aluno. Procura ainda, conceituar o que é avaliação e os tipos de avaliação existentes, abordando a necessidade de se estabelecer critérios de avaliação, além de evidenciar aspectos característicos da avaliação que ocorre na Escola Estadual CESEC do Município de Capelinha, MG. Por fim, apresenta um paralelo entre a escola que temos e a que queremos, demonstrando a necessidade de uma reflexão e discussão coletivas, fomentadas pelo Projeto Político Pedagógico, no intuito de transformar a avaliação de forma a garantir o desenvolvimento global do educando, promovendo assim uma cultura avaliativa com vistas à inclusão e ao sucesso da aprendizagem.

Palavras-chave: Avaliação. Aprendizagem. Formativa. Democrática.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	4
1. O que é avaliação.....	6
2. Como se dá a avaliação na Escola Estadual CESEC Capelinha	7
3. Avaliação Real x Ideal.....	9
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	11
REFERÊNCIAS.....	12
ANEXO Projeto Político Pedagógico.....	13

INTRODUÇÃO

Pensar em avaliação numa perspectiva democrática não é tarefa fácil, principalmente quando se tem uma cultura enraizada na base classificatória e seletiva como tradicionalmente sempre foi na educação brasileira. É preciso quebrar paradigmas e reformular as formas de avaliar.

Faz-se premente deixar de considerar os resultados das avaliações apenas para promover ou não o aluno para a série seguinte. Embora a avaliação tenha também esse caráter, muito antes disso há todo um processo a ser observado. Um processo de evolução e desenvolvimento durante o percurso escolar. Um caminho que se deu considerando: o aprendizado do conteúdo por parte do aluno, bem como o seu crescimento enquanto sujeito pleno.

Atualmente tem havido grande questionamento sobre os impactos de tais práticas avaliativas, uma vez que a mesma desconsidera a formação integral do indivíduo e se atém apenas à aquisição ou não do conteúdo ministrado, se caracterizando assim como prática excludente que contribui para elevar os índices de evasão e desistência em dar continuidade aos estudos.

Conforme explicitado no caderno VI – Avaliação - Pacto pelo Fortalecimento do Ensino Médio, do MEC:

O mais saliente, no entanto, é a demarcação da necessidade de consolidar uma nova cultura de avaliação, associada ao sucesso de todos os alunos, vinculada ao trabalho coletivo e ancorada em técnicas, instrumentos e procedimentos pelos quais cada aluno seja avaliado em relação a si mesmo e, simultaneamente, em relação aos colegas. (Caderno VI - Avaliação no Ensino Médio, p. 20).

Em vista do exposto, pode-se afirmar que a avaliação formativa será capaz de levar o educando a obtenção do sucesso, posto que o mesmo será avaliado de forma mais complexa e com critérios bem estabelecidos que permitirão aos avaliadores reconduzir a avaliação de forma a motivar o educando a persistir em busca dos seus objetivos.

Nesta perspectiva, o que se pretende é incentivar um novo olhar sobre a avaliação, que deve ser vista pelos alunos como algo que os incentive a uma

educação de qualidade e pelos professores como um instrumento para levar o outro a descobrir o melhor de si no que tange à sua formação integral.

Assim sendo, é de fundamental importância que a avaliação esteja amparada pelo Projeto Político Pedagógico da escola, com a ciência e concordância de todos os envolvidos neste processo e também estar de acordo com uma proposta inclusiva e democrática.

O QUE É A AVALIAÇÃO?

Segundo Luckesi:

A avaliação educacional, em geral, e a avaliação de aprendizagem escolar, em particular, são meios e não fins, em si mesmas, estando assim delimitadas pela teoria e pela prática que as circunstancializam. Desse modo, entendemos que a avaliação não se dá nem se dará num vazio conceitual, mas sim dimensionada por um modelo teórico de mundo e de educação, traduzido em prática pedagógica. (LUCKESI, 1995, p. 28).

Cabe ressaltar que a avaliação deve ser vista como um processo no qual seja possível verificar o avanço e o desenvolvimento do educando. Por ser processual, no seu decorrer, novas estratégias devem ser pensadas quando não se obtém êxitos com a prática vigente. Ela serve para reorientar a tomada de decisão sobre qual o melhor caminho a seguir para a obtenção do sucesso educacional no processo ensino-aprendizagem.

De acordo com o Caderno VI - Avaliação no Ensino Médio, para formação dos professores, elaborado pelo Ministério da Educação, a avaliação pode ser compreendida sob 3 aspectos:

- > A avaliação da aprendizagem que pode ser adotada com vistas à promoção, aceleração de estudos e classificação, deve assumir caráter educativo, viabilizando especialmente ao estudante a condição de analisar seu percurso e ao professor e à escola identificar dificuldades e potencialidades individuais.
- > A avaliação institucional é realizada a partir da proposta pedagógica da escola, objetiva analisar seus avanços e localizar aspectos que merecem reorientação.
- > A avaliação externa de escolas e redes de ensino é responsabilidade do Estado, seja realizada pela União, seja pelos demais entes federados. Nacionalmente, no Ensino Médio, está contemplada no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), com resultados de Língua Portuguesa e de Matemática. Os resultados são utilizados no cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). (Caderno VI - Avaliação no Ensino Médio, p. 16).

De modo geral é possível perceber que a avaliação deve ter as funções diagnóstica, formativa e somativa, esta última principalmente quando relacionada às avaliações externas.

Para que a avaliação realmente se configure de forma democrática é preciso estar atento à forma de ministrá-la no interior das escolas. É possível dizer que a avaliação inicial tem sempre a função diagnóstica, que permite aos professores, em decorrência dos resultados, refletirem sobre a programação das atividades, sempre

primando pela formação integral do educando e seu desenvolvimento pleno. É o ponto de partida para o planejamento consciente das ações visando a inclusão do sujeito a um rico ambiente estudantil de aprendizado.

As avaliações intermediárias são as com função formativa, que deve, entre outros aspectos, favorecer a revisão das estratégias de ensino e eventuais ajustes nas atividades planejadas. É desenvolvida no período letivo, é por ela que o professor pode redirecionar sua prática e promover o encorajamento do educando, para que o mesmo persista nos estudos e veja na escola realmente a oportunidade de melhorar o seu conhecimento, bem como de se desenvolver como um cidadão de direitos e responsabilidades para com a sociedade. Trata-se de uma avaliação que ocorre durante a ação docente. E por fim, a avaliação final, que tem a função somativa, cujo seus resultados permitem julgar o aprendizado e serve também para avaliar o aluno, a turma e a escola.

Em linhas gerais, a avaliação serve para mostrar o que já foi adquirido e o que ainda precisa ser alcançado pelos alunos, por isso, devemos sempre evidenciá-la através do seu caráter inclusivo e didático, ou seja, ela só existe como meio para levar o educando ao sucesso, nunca para puni-lo ou prejudicá-lo na jornada estudantil, uma vez que, tanto a avaliação somativa quanto a formativa podem levar a processos de exclusão e classificação, posto que é embasada na crença daquele que avalia, daquele que estabelece a intenção de sua avaliação dentro do processo educativo.

Então, somente com essa visão modificada da avaliação a favor do processo ensino-aprendizagem é que será possível avaliar de forma a promover o desenvolvimento amplo do educando, pautado na inclusão e democracia.

COMO SE DÁ A AVALIAÇÃO NA ESCOLA ESTADUAL CESEC CAPELINHA/MG?

No CESEC Capelinha, busca-se constantemente a participação de todos no processo avaliativo, o que tem se constituído uma prática bastante democrática. No entanto, apesar do foco da avaliação ser o aluno, há algumas dificuldades para que essa participação se dê de forma efetiva.

Os alunos são convocados a participar das decisões sobre o processo avaliativo, no entanto o que ocorre na maioria das vezes são definições advindas dos sistemas educacionais ou mesmo estabelecidas pelo corpo docente da escola.

Quando da discussão sobre avaliação há também uma preocupação recorrente com a elaboração estética das avaliações que deverão ser muito bem redigidas, contendo: cabeçalho e valor da prova, tendo a avaliação de recuperação um cabeçalho especificado.

Os alunos matriculados na modalidade EJA, recebem atendimento diferenciado durante as aulas e quando se sentem preparados marcam a avaliação. Quando da correção desta avaliação o professor se reúne com o pedagogo e estabelece critérios para correção e análise do desempenho do aluno, tanto no teste escrito quanto durante as aulas, como por exemplo: seu nível de interesse e participação. Após essa análise é atribuída a nota que vai evidenciar sua continuidade ou conclusão dos estudos ou repetição da avaliação após recuperação.

Cabe ressaltar aqui, que esta forma de avaliação podia ter como adicional uma autoavaliação por parte do estudante, para que o mesmo refletisse quão empenhado está na aquisição da aprendizagem.

O coletivo de professores também achou por bem aplicar trabalhos de pesquisa como uma forma do aluno se preparar melhor para as avaliações e perceber o que ainda não compreendeu para que seja reforçado durante as aulas, o que se constitui uma prática complementar à avaliação, até então quase que estritamente praticada para verificar o nível de aprendizagem meramente conteudista.

Dentro do processo de avaliação se faz necessário estabelecer critérios para a recuperação que se constitui em uma forma de avaliação de aprendizagem que visa possibilitar ao aluno a aquisição de conteúdos pouco compreendidos.

Acredita-se entre os professores que para melhorias nos processos avaliativos poderia haver encontros de professores por disciplina periodicamente, para planejar e replanejar as ações e também ações estratégicas que possam levar os jovens à maior participação no processo avaliativo.

Diante do exposto, percebe-se que não há diferencial nas formas de avaliação. A avaliação continua cumprindo o seu papel meramente formal, com aplicação de testes, trabalhos de pesquisa e somatório das notas. Em nenhum momento também, foi percebida a participação do educando nos processos

decisórios referentes à avaliação. A definição dos critérios se deu pelo corpo docente e pedagógico, o que deve ser rapidamente modificado, uma vez que, se pretende a avaliação numa perspectiva democrática.

Em suma, por ocasião da adaptação do Projeto Político Pedagógico da escola faz-se necessário trazer o assunto à tona para discussão com toda a comunidade escolar, envolvendo alunos e pais de alunos, pois, de forma mais democrática será possível tornar os mecanismos avaliativos mais satisfatórios e inclusivos.

AVALIAÇÃO: REAL X IDEAL

Ainda se tem muito que caminhar para aproximar as atuais propostas de avaliação da prática no interior das escolas. Tem sido muito difícil reformular a avaliação e quebrar a cultura instituída da avaliação classificatória que transfere para o sujeito avaliado toda a responsabilidade pela avaliação (nota) obtida. O quanto é comum ouvirmos professores dizerem: “eu ensino, mas o aluno não aprende”. Como disse o professor Luiz Fernando Gomes Guimarães no livro *Ensinando para Aprender, aprendendo para viver: “A relação aluno-professor, no que se refere ao processo de ensinar e aprender não pode ser vista desta forma. A aprendizagem tem que ser garantida sempre”.* (Guimarães, 2010, p. 25).

O fato é que, só há professores pela necessidade de alguém aprender algo, e assim sendo, essa lógica deve prevalecer, é preciso que os alunos aprendam. Se isso não for compreendido pelo docente, não haverá preocupação com uma avaliação e autoavaliação conscientes que conduzam a todos ao sucesso educacional.

O resultado da falta de aprendizagem será a avaliação excludente e perversa, a baixa autoestima do aluno e do professor, a evasão e a repetência. Daí a necessidade do comprometimento com o ato de ensinar e aprender.

Outro aspecto importante é que deve haver critérios de avaliação. Toda atividade dada e planejada, por exemplo, precisa ser avaliada comparando as informações com critérios estabelecidos, posto que tem casos em que o aluno não realiza nada do que foi solicitado, há outros em que realiza parcialmente ou totalmente. Um aluno que não realiza nada demanda um tipo diferenciado de

atenção, é nesse aspecto que os critérios devem ser justos e servir para direcionar o trabalho para que todos possam se desenvolver satisfatoriamente.

É preciso lembrar que é a intenção do avaliador, aquilo que ele pretende, é que torna a avaliação formativa, direcionada para ajudar o aluno a aprender e se desenvolver.

A avaliação direciona todo o processo escolar. Ela está presente em todos os momentos. Seja no bate papo informal do recreio, seja na observação das atitudes dos alunos durante eventos ou apresentações de trabalho ou mesmo em relação à sua participação durante as aulas. Um instrumento que permeia toda a atividade educacional não pode ser deixado em segundo plano. É preciso que todos os envolvidos neste processo educacional percebam a importância da avaliação e lhe deem o devido valor, estabelecendo critérios que sejam justos e que promovam a inclusão e democracia como direito de todos à participação no processo avaliativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a avaliação deve ser assunto corrente nas discussões e reuniões pedagógicas. Não é possível entender o processo educativo sem uma avaliação que faça jus ao seu caráter auxiliador das ações pedagógicas. Tudo que for planejado, precisa ser pensado e posteriormente avaliado de forma justa e criteriosa, para se levantar os prós e os contras no que se refere a levar a instituição ao sucesso educacional através de seus agentes, sejam eles docentes ou discentes, o sucesso de um interfere diretamente no sucesso do outro e, é a avaliação consciente e responsável de todo o processo que poderá estabelecer a sincronia entre ambas as partes.

Há também, a necessidade de encarar a avaliação vinculada ao desafio da aprendizagem. Todos têm o direito de aprender tudo. Essa é a escola inclusiva e democrática. Embora se tenha certeza de que democratização vai além da questão da avaliação, esta pode se tornar um ponto de partida para tal objetivo.

Enfim, a avaliação nas escolas deve pautar-se em um conjunto de princípios: ser formativa, ser global e contínua, ser processual, ser qualitativa, sem abdicar de dados e indicadores quantitativos. Avaliar é dar juízo, então, a avaliação precisa ser flexível, inclusiva e democrática, deve buscar a legitimidade e a credibilidade junto à comunidade em que está inserida. E por fim, deve ser institucionalizada, porque deve desenvolver uma cultura permanente de autoavaliação para não se tornar perversa.

Referências

- ALAVARSE, Ocimar; GABROWSKI, Gabriel. Brasil. Secretaria de Educação Básica. Formação de professores do ensino médio, etapa I - caderno VI : **Avaliação no Ensino Médio** / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2013. p 20.

- GOMES, Suzana dos Santos. **Um Olhar sobre as Práticas de Avaliação na Escola**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014. p. 16.

- GUIMARÃES, Luiz Fernando Gomes. **Ensinando para aprender, aprendendo para viver**. Belo Horizonte: Literato, 2010. p 25.

- O que é avaliação? Disponível em dicionário WEB/Google. <https://www.google.com.br/search?q=o+que+é+avaliação>. Último acesso em 29/01/2015.

- <http://www.portalavaliacao.caedufjf.net/pagina-exemplo/o-que-e-avaliacao>- **O que é avaliação educacional?** Último acesso em 29/01/2015.

- <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN 9394/96)**. Último acesso em 20/01/2015.

- <http://www.webartigos.com/artigos/a-avaliacao-segundo-luckesi/31980/>. Último acesso em 23/01/2015.

- <http://revistaescola.abril.com.br/formacao/cipriano-carlos-luckesi-424733.shtml>. Último acesso em 17/01/2015.

- http://observatoriodajuventude.ufmg.br/pacto-Suzana_Gomes.pdf. Último acesso em 01/02/2015.

- LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da Aprendizagem Escolar**. São Paulo: Editora Cortez, 2011. p.28.

ANEXO: Projeto Político Pedagógico

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO CONTINUADA- CAPELINHA

Ensino Fundamental e Médio
Rua das Flores, 965, – Centro – 39680-000
– Capelinha- - Minas Gerais –

PROPOSTA POLÍTICO-PEDAGÓGICA

DANIELA DINIZ DE SOUZA

FÚLLVIA BRITO MARES VIEIRA

GILCÉLIO DE PAULA DIAS

LUCIANA APARECIDA ALVES PINHOLI

NÍVEA CRISTINA DE ARAÚJO VIANA

BETIM, 2014

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO	2
2 – FINALIDADES DA ESCOLA E ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	3
3 – CURRÍCULO	5
4 – TEMPOS ESCOLARES	7
5 – PROCESSOS DE TOMADA DE DECISÃO.....	10
6 – RELAÇÕES DE TRABALHO	11
7 – AVALIAÇÃO	12
8 – REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	15

INTRODUÇÃO

O objetivo do presente projeto político pedagógico é a discussão assentada em bases democrático participativas, como parte constitutiva da afirmação da autonomia da escola, e sobretudo, da atuação articulada entre a ação dos professores e os processos formativos dos alunos, tendo em vista a consecução dos fins da educação escolar no que tange a efetivação da educação como um bem público e direito universal.

A construção do PPP se dá num cenário de intensas transformações na sociedade contemporânea em que é necessário retomar o sentido do trabalho escolar, bem como o papel das escolas e dos professores na construção de uma educação de qualidade social, considerando as necessidades dos atuais usuários da escola pública.

No contexto atual, a escola vem sendo questionada acerca do seu papel entre as transformações econômicas, políticas, sociais e culturais, onde estas alterações criaram novas demandas e exigências para a escola.

Há de se discutir, portanto, o sentido que seja o PPP. Segundo Oliveira (Escola de Gestores, p. 1), *apud* Gadotti(1994) observa, fazer um PPP significa lançar-se para a frente, antever o futuro. O projeto é pois, um planejamento a longo prazo, consciente e sistematizado onde as escolas o realizam para traçarem a sua identidade como organização educativa. Nesta mesma linha de raciocínio, Oliveira (Escola de Gestores, p.2), *apud*, Veiga (1998) nos faz perceber que o PPP deve ser visto como um processo permanente de reflexão e discussão dos problemas da escola, tendo por base a construção de um processo democrático de decisões que visa superar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com uma burocracia no interior da escola.

Para Veiga existem vários caminhos para a construção do PPP, uma vez que ele retrata o entendimento e o percurso possível trilhado em cada uma das escolas. Portanto é necessário apontar dentro do PPP os movimentos básicos para construção do mesmo, ou seja, o ato atitudinal (conhecer os conflitos existentes na escola e suas contradições, fazer seu diagnóstico e definir as suas prioridades; o ato conceitual (onde a escola define sua concepção de educação, sociedade, homem, escola, currículo, ensino e aprendizagem, visando um esforço analítico da realidade constatada no ato situacional, bem como definindo suas prioridades a serem

trabalhadas) e o ato operacional (que se refere as atividades a serem assumidas e realizadas para mudar a realidade das escolas , ou seja, a tomada de decisão para atingir os objetivos e metas propostos definidas no coletivo).

É preciso considerar que na condição de uma instituição social, cada escola desenvolve ritos e práticas exercidas pelos atores que, no seu interior, ou mesmo no seu entorno, desempenham papéis importantíssimos, cada um tem um importante papel dentro do contexto da construção do PPP.

Todos os momentos que compreendem a construção do PPP devem passar por um processo de avaliação que permitirá ao grupo caminhar do real pra o ideal, desenvolvendo assim, ações viáveis, possíveis de serem implementadas, ou seja, ações que requerem planejamento, avaliação desde o diagnóstico até a execução das ações.

No processo contínuo de elaboração do PPP, a escola necessita de um planejamento que considere a organização do trabalho escolar, e sua prática pedagógica de modo a desenvolver planos de ação que possibilitem, de fato, a melhoria da qualidade do ensino e os resultados da aprendizagem dos alunos.

Sabemos que todos querem o sucesso escolar, transformar a realidade educacional , e que a responsabilidade de construir esse “ amanhecer” é do coletivo que constrói o projeto pedagógico. O PPP representa, portanto, o funcionamento da escola e deve ser assumido como uma conquista do coletivo da escola, como um instrumento de luta e organização. Portanto a construção do PPP depende do papel ativo de diversos atores envolvidos no contexto escolar.

A missão da escola é oferecer uma educação de qualidade e uma formação integral pautada nos valores morais, éticos e políticos, formar cidadãos conscientes de seus direitos e deveres, capazes de atuarem criticamente e transformar a realidade de modo positivo.

Nesse sentido o PPP é o instrumento que irá orientar e direcionar o processo educacional numa reflexão-ação-reflexão.

2. FINALIDADES DA ESCOLA E ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

O planejamento é um processo que revela as intenções da política pedagógica na esfera educacional. É onde as decisões são traçadas de acordo com as metas para garantir a qualidade na educação. O projeto educacional na década

de 70 era como um processo elitista, de total controle do Estado. Segundo uma concepção tradicional, não deu certo. A educação na década de 80 via o saber como uma ameaça, onde o Estado precisava manter o controle sobre as pessoas devido aos interesses econômicos da classe dominante. A burocratização impedia a participação para a educação. Anos depois a escola deixa de ter o foco como processo político, mas como técnico pedagógico. Os professores se organizavam para lecionar para o aluno.

No planejamento educacional forma-se através de três níveis que são o planejamento no âmbito dos Sistemas e Redes de Ensino, o planejamento no âmbito da Unidade Escolar e o planejamento no âmbito do Ensino no qual o primeiro responsabiliza o ensino aos gestores públicos na expectativa de elaborar um projeto político pedagógico de forma coletiva. O Estado tem uma grande preocupação em promover ações para o ensino. Nessa fase ressalta a grande importância de traçar os Planos Nacional, Estadual e Municipal. Na segunda fase os objetivos devem ser bem definidos para os critérios de avaliação. O Projeto gestor e toda a comunidade escolar. Aqui, através do Projeto Político Pedagógico é um importante meio para democratizar as decisões da escola enquanto ao ensino. Na terceira fase preocupa-se com a forma como vai ser executado o ensino, metodologias usadas, planejamentos que consideram a experiência de vida do aluno no contexto social, o ensino será responsabilidade do professor que deverá ter critérios para as ações de ensino-aprendizagem.

Nessa perspectiva a elaboração do PPP vem pautado numa série de requisitos pré-estabelecidos por orientações didático metodológicas constantes em livros de renomados autores, e no caso do Estado, em um modelo elaborado pela Secretaria Estadual de Educação, similar a um trabalho de Conclusão de Curso, além de outros tantos textos a respeito, com a finalidade de orientar a construção do mesmo. No caso específico da Escola denominada CESEC Capelinha, os estudantes tem um perfil bem caracterizado, são aqueles que não tiveram a disponibilidade para frequentarem a modalidade presencial, o que significa também pouco tempo para frequentar o espaço escolar e fomentar as discussões acerca do PPP, outro fator que desfavorece, é o fato de não se poder contar com os pais dos alunos, posto que a grande maioria dos alunos tem mais de 18 anos de idade. Apesar das adversidades presentes, não podemos conceber a educação sem um plano, sem um norte, o que faz do Projeto Político Pedagógico algo essencial que

deve abranger aspectos e dimensões relevantes da formação do cidadão, sempre colocando como ponto central o processo de ensino-aprendizagem, que é o objetivo estabelecimentos de ensino e sistemas educacionais.

3. CURRÍCULO

O currículo consiste no conjunto de métodos, programas, habilidades, competências, atitudes e valores que o educando deverá adquirir na escola. O currículo evidencia o que o sistema e a escola oferecem e também o que ela espera que o educando apreenda durante o seu percurso educacional formalmente sistematizado.

Na condução do currículo, deve se estabelecer uma relação entre a proposta curricular da escola e a e a cultura local onde a escola está inserida, posto que os conteúdos ministrados também devem estar voltados à realidade daquele local ou região. Estabelecer essa relação faz parte uma ação democrática.

Ao se tratar de organização curricular é necessário estar atento ao cerne desta organização, levando em consideração o que é imprescindível dentro da cultura local. Esta análise deve ser aliada às dimensões histórico-social, uma vez que o conhecimento vem sendo construído ao longo da história e este saber é compartilhado em todo currículo unificado pelos sistemas de ensino. Daí a importância de um currículo diversificado que contemple ambas as dimensões.

Após várias reformas educacionais, o Ensino Médio tenta integrar duas concepções: o preparo para o mundo do trabalho e a preparação para a continuidade dos estudos, rompendo com a dualidade que historicamente separou os estudos preparatórios para a educação superior da formação profissional.

O grande desafio hoje, é levar o jovem a aprender a aprender, o mundo e o mercado exigem que os jovens sejam cada vez mais autônomos e consigam por si só buscar as respostas para a solução dos problemas encontrados. Que tenham iniciativa e busquem essa aprendizagem autônoma e contínua ao longo da vida.

Nessa visão, o currículo representa o projeto a ser desenvolvido pela prática, um instrumento sistematizador de todo o processo educativo escolar. Seus componentes, ou conteúdos, são reflexos de uma escolha cultural e temporal.

O currículo também representa relação de poder. É preciso estar atento na elaboração ou cumprimento de um currículo, levando em conta o currículo oculto

que ocorre paralelamente. Este pode ser opressor e excludente, uma vez que pode representar o desejo de uma minoria. Até mesmo os currículos propostos pelos sistemas de ensino e os livros didáticos utilizados devem ser analisados criticamente, posto que podem expressar implicitamente os ideais da classe dominante e serem perpetuados de forma igualmente intrínseca em toda a sociedade. Por isso, a necessidade de que o currículo possua a identidade social daqueles que dele se utilizam e sempre prime por conduzir à igualdade, cidadania e democracia, contribuindo sempre para a criticidade e protagonismo do cidadão como quem constrói a história.

É fato que nos últimos anos, o número de matrículas no Ensino Médio aumentou, e a modalidade EJA vem crescendo em proporção semelhante, conforme dados do Inep, divulgados no site www.inclusive.org:

O Censo Escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Inep contabiliza que o número de alunos incluídos na educação infantil, ensinos fundamental e médio, educação de jovens e adultos (EJA) aumentou 15,3%, de 2010 a 2011. (<http://www.inclusive.org.br>)

No entanto, há que se ter um olhar especial para esse novo perfil de estudante, que retorna após anos sem frequentar a escola. O currículo deve ser pensado de forma diferenciada e diversificada no interior das escolas.

O atual cenário mostra que o Ensino Médio não pode continuar o mesmo. É preciso não somente reconhecer a necessidade de mudanças, mas também perceber o caráter de urgência, a compreensão de que ações imediatas, voltadas para a transformação das escolas nas suas mais variadas dimensões, não podem ser adiadas.

Para que um bom currículo seja desenvolvido, é indispensável contar com escolas em boas condições de funcionamento, com professores competentes, com especialistas bem preparados e com gestores eficientes. E, tudo isso deve se traduzir em resultados efetivos em relação ao desenvolvimento e aprendizagem dos alunos, na sua capacidade de apreender novos domínios cognitivos e novos valores da cidadania e da democracia.

Relembrando a LDB, pág.1, no seu Art. 2º, “Dos Princípios e Fins da Educação Nacional”, o ensino médio como parte da educação básica, tem como finalidade assegurar a todos os educandos “a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos

posteriores”, daí a importância dos CBC-Currículo Básico Comum, que agregado às características culturais e sociais de cada localidade levará o jovem ou adulto a um nível mais elevado de desenvolvimento pessoal.

A compreensão do currículo para uma escola transformadora deve ser de que este não é neutro, nem deve se encontrar para além das discussões dos profissionais da educação e da sociedade.

O currículo escolar é uma prática social na medida em que prepara o cidadão para convívio em sociedade e assim sendo, valores disseminados no âmbito educacional permeiam toda a sociedade, daí a importância da não perpetuação das desigualdades e exclusão tão prementes.

Desta forma, o Centro Estadual de Educação Continuada de Ensino Fundamental (anos finais) e Médio – CESEC/Capelinha ao optar por um currículo para a formação humana compreende que este precisa ser situado historicamente, onde se possam introduzir sempre novos conhecimentos, não se limitando apenas aos conhecimentos relacionados às vivências do aluno, mas entendendo que o conhecimento formal traz outras dimensões ao desenvolvimento humano que vão além do uso prático, ou seja, trata-se de um currículo orientado para a inclusão de todos ao acesso dos bens culturais e ao conhecimento, e, que está assim, a serviço da diversidade.

Sendo os Centros Estaduais de Educação Continuada – CESEC, escolas de regime semipresencial com atendimento individual e personalizado, as metas formuladas não alcançam um número extenso e diversificado de ações, restringindo-se a alguns projetos como palestras periódicas, de cunho social; orientação e acompanhamento individual do aluno através de aula expositiva; correção de exercícios; revisão de conteúdos e aplicação de avaliações escritas; contextualização dos temas transversais constantes nos PCN’s, com os conteúdos ministrados.

4. TEMPOS ESCOLARES

Segundo a legislação vigente (Lei de Diretrizes e Bases-LDB/Art.24), que regulamenta a Educação no Brasil, as escolas devem cumprir pelo menos 200 dias letivos anuais, distribuídos em dois semestres. Totalizando, no mínimo, 800 horas. Entretanto há ressalva no Art. 34, em se tratando do ensino noturno:

Art. 34º. A jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola.

§ 1º. São ressalvados os casos do ensino noturno e das formas alternativas de organização autorizadas nesta Lei.

Estabelecer os tempos escolares de forma a favorecer a aprendizagem têm sido uma árdua tarefa aos estabelecimentos de ensino. Lidar com cidadãos cada vez mais ocupados pela dinâmica dos tempos modernos tem levado as escolas a enfrentar este novo paradigma: promover o aprendizado num curto espaço de tempo.

Algumas propostas educacionais têm surgido e vem sendo ampliadas ao longo dos anos como os Projetos: Escola de Tempo Integral; Fica Vivo, Mais Educação, entre outros. No entanto, essa realidade não se aplica aos alunos do Ensino Médio, principalmente no Ensino Noturno e EJA, que em grande parte é composto por trabalhadores ou pais e mães de família, tendo pouca disponibilidade para a carga horária dos estudos.

Do ponto de vista pedagógico a ampliação do tempo só se justifica na perspectiva de propiciar mudanças positivas na vida escolar dos alunos, posto que deve haver uma reflexão do tempo que o aluno fica na escola, se este realmente se traduz na qualidade da educação oferecida, ou seja, a ampliação desse tempo só é válida como forma de alcançar melhores resultados educacionais. Embora essa ampliação do tempo escolar esteja também atrelada ao panorama sociocultural, isto é, tempo de escola determinado por demandas relacionadas ao bem-estar dos estudantes, ou às necessidades do Estado e da sociedade. Como por exemplo: eliminação do trabalho infantil, ingresso das mulheres no mercado de trabalho, etc.

Como citado por Cavaliere, 2007, esses projetos visam vários objetivos:

A ampliação do tempo diário de escola pode ser entendida e justificada de diferentes formas: (a) ampliação do tempo como forma de se alcançar melhores resultados da ação escolar sobre os indivíduos, devido à maior exposição desses às práticas e rotinas escolares; (b) ampliação do tempo como adequação da escola às novas condições da vida urbana, das famílias e particularmente da mulher; (c) ampliação do tempo como parte integrante da mudança na própria concepção de educação escolar, isto é, no papel da escola na vida e na formação dos indivíduos. (CAVALIERE, 2007. p.1016).

A legislação vigente vem tentando facultar ao jovem e ao adulto que não teve acesso à educação formal em idade apropriada, a possibilidade de concluir o ensino médio, criando para isso tempos escolares modificados, como citado na CF e LDBN:

- O inciso I do artigo 208 da Constituição Federal determina que o dever do estado para com a educação será efetivado mediante a garantia de ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiverem acesso na idade própria.
- Lei federal nº 9,394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da educação nacional – LDB, no seu artigo 4º, reiterou o texto da constituição- “O dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria”.
- A LDB consagra à educação de Jovens e adultos a Seção V (art. 37 e 38), do Capítulo II (Da Educação Básica), do seu título V (Dos níveis e modalidades de educação e ensino);
- O artigo 37 diz que a EJA será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria, cabendo aos sistemas de ensino assegurar gratuitamente a esses jovens e adultos oportunidades apropriadas, considerando as características do alunado.
- O Plano Nacional de Educação tem como meta a erradicação do analfabetismo, o que contempla a EJA como facilitadora desse processo.

Apesar da flexibilidade de horários ainda é preciso um permanente trabalho de motivação com os alunos que por vezes param de frequentar as aulas demonstrando dificuldade em assimilar a forma autodidata em que se estrutura o curso.

Reorganizar tempos e espaços quando se trata da modalidade CESEC é um pouco mais complicado, mas é sempre levado em consideração o tempo disponível do aluno para agendamento das aulas, até mesmo contando com a colaboração de professores em horários de estudo para atender àqueles alunos que necessitarem.

No CESEC Capelinha ocorre da seguinte maneira: existe um horário de aulas, ondes os professores estão disponíveis para atender aos alunos de forma coletiva, na turma. Porém, quando um determinado estudante tem dificuldade de assistir às aulas no horário estipulado, há uma flexibilização do professor que no seu horário de módulo II faz um atendimento individualizado a esse educando, buscando dessa forma atender ao máximo o cidadão que deseja e precisa concluir seus estudos.

Outro aspecto em relação ao tempo escolar é a motivação que deve ser trabalhada no educando. O predomínio de aulas convencionais e expositivas em sala de aula, centradas em conteúdos, e não em competências não motiva suficientemente os alunos da EJA, que necessitam também de tempo e espaço para receber suporte e atenção individual às suas necessidades no processo de

aprendizagem, através de atividades diversas, tais como orientação de estudos, recuperação contínua e pesquisas.

A LDB sempre enfatiza a preparação para o mundo do trabalho e nesse viés a EJA deve além da formação geral, incorporar também as práticas da vida real de seus alunos, assim como as questões relacionadas com seu trabalho.

Os alunos do EJA são pessoas já amadurecidas e engajadas em uma prática social, para a qual devemos levar em conta a vida em família, trabalho e comunidade. Enfim, são cidadãos que já atuam efetivamente na sociedade. Portanto, há que considerar a não dissociação da formação geral das práticas sociais e de trabalho destes alunos.

A ausência na EJA, de atividades de convívio social e de vivências socializadoras, culturais, de lazer e esportes que enriqueçam sua vida escolar, bem como de qualificação profissional que possa contribuir para o trabalho, faz com que estes alunos se sintam desmotivados durante o curso, o que pode levar à evasão, cabendo então à escola reestruturar seu currículo, tempos e espaços escolares, de forma a favorecer o processo educacional destes estudantes.

Seguindo no sentido proposto pelas legislações, o CESEC Capelinha tem estruturado suas aulas no período da manhã, tarde e noite. Propiciando aos alunos horários flexíveis para o aprendizado, e somando-se a isso os “aulões programados” de diversas matérias propiciando aos alunos uma revisão geral.

As classes no CESEC Capelinha são heterogêneas, com jovens e adultos, homens e mulheres, trabalhadores empregados ou desempregados, com diferentes níveis de aprendizagem.

Durante o ano letivo no CESEC Capelinha, acontecem também eventos esportivos e festivos de acordo com o calendário escolar, com o intuito de aproximar o estudante e suas famílias do convívio educacional estimulando assim o interesse pelas atividades escolares como algo proveitoso e prazeroso, buscando sempre a formação do cidadão nas dimensões: sócio-afetiva, educativa e laboral.

5. PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO

A tomada de decisão na escola acontece quando surgem situações que necessitam ser investigadas, estudadas e analisadas que terão as ações por meio de quem se encontra a frente de um grupo, ou seja, o gestor que deverá se

preocupar sempre com o equilíbrio entre o líder e os liderados em um foco único, mas sabendo que apesar de estar inserido em um processo democrático haverá sempre alguém que irá responder e determinará o tipo de decisão a ser tomada.

Nessa visão o processo de tomada de decisão esta totalmente ligado às experiências vividas por meio de conhecimento prático ou teórico, acrescido a motivação e a participação de todos os envolvidos focados nas reais necessidades da comunidade escolar permitindo assim uma abertura para a concretização de uma gestão democrática sólida, preocupada com os resultados, buscando sempre contemplar a todos de forma direta ou indireta, sabendo que toda decisão final está a cargo do gestor que responde pela instituição no entanto é respaldado por todos que participaram da elaboração de projetos e contribuíram para encontrar respostas ou alavancar propostas. Porém, toda tomada de decisão estará sujeita a risco podendo dar certo ou errado, mas deve ser consciente e sempre buscar alcançar objetivos positivos para beneficiar a todos.

Assim, quando permitimos a participação, a tomada de decisão deixa de ser apenas do gestor e passa a ser da equipe, tornando todos agentes ativos no processo educacional não sendo omissos às deficiências do sistema e buscando por meio de uma consciência crítica encontrar respostas para que a tomada de decisão possa ter ganhos tanto nas relações humanas, quanto na melhoria da qualidade do ensino aprendizagem .

6. RELAÇÕES DE TRABALHO

A democratização nas relações de trabalho é um dos maiores desafios a serem vencidos dentro do processo de funcionamento do sistema escolar, pois cada grupo sempre terá um foco centrado nos próprios interesses. De um lado, o gestor tendo que trabalhar sobre uma teoria dita democrática que já vem determinada pelo sistema educacional do estado gerenciado pela Secretaria da Educação, por outro a equipe docente e discente que devem desenvolver suas funções acerca das colocações feitas pelo diretor que repassa as orientações recebidas pelos superiores do órgão central.

Assim, todo funcionamento escolar está condicionado a determinado repasse que não pode ser questionado, pois já chega para o diretor como determinação para ser implantado e não questionado, tornando uma pirâmide onde o processo

hierárquico não abre espaço para qualquer tipo de questionamento, então, pode-se entender que a democracia torna-se inexistente com a falta de espaço para uma participação da comunidade escolar que estará sempre sendo fiscalizada por um determinado grupo e seus interesses. Diante dos fatos, precisamos rever o verdadeiro objetivo da educação que tem como ponto primordial a mudança e a concretização da educação de qualidade e o acesso de todos os envolvidos por meio da participação visando a construção de um espaço de transformação dentro do contexto escolar.

No entanto, para que a escola possa realmente gerar mudanças, essa deverá acontecer primeiro fora dela, em estâncias superiores por meio de debates junto a Secretaria de Educação e seus agentes políticos, que só assim permitirá que a voz do diretor se torne a voz da escola onde todos os grupos possam ter uma única fala, caminhando lado a lado e preocupados com os interesses mútuos e não individuais.

Considero que a participação por meio da problematização são pontos chaves para se alcançar uma tomada de decisão eficaz para sanar deficiência nos setores organizacionais da escola onde a teoria deve caminhar junto com a prática, respeitando o indivíduo e suas peculiaridades, deve-se então, observar o local onde a escola está situada, respeitando a vivência e a cultura da comunidade local buscando soluções através de planos de ações a serem colocados em prática para que assim possa chegar ao entendimento sem um choque de ideias, visando interesses pessoais, mas de forma totalmente democrática preocupada com o coletivo.

7 . AVALIAÇÃO

A avaliação escolar serve de parâmetro tanto para que o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos seja explicitado quanto o trabalho desenvolvido pelos educadores.

A avaliação precisa assim cumprir a sua função e se efetivar de maneira coerente e justa. Avaliar tem um sentido amplo, portanto diversos instrumentos devem ser utilizados no processo.

Em tempos contemporâneos não se concebe a avaliação como uma forma de classificar e/ou rotular os alunos. Mas, sim como uma importante ferramenta à disposição da escola para atingir o principal objetivo, que é formar cidadãos capazes

de construir suas aprendizagens de modo efetivo e significativo. Assim a avaliação deve ser vista como uma possibilidade de orientar o processo ensino-aprendizagem visando melhorar o desempenho do aluno e também do professor, pois o desempenho docente e dos alunos são focos importantes para compreender o processo educacional.

A responsabilidade pela aprendizagem dos alunos é de todos os envolvidos no processo educacional e o processo é tão importante quanto o produto. Portanto os resultados obtidos nas provas o processo avaliativo deve contemplar outras dimensões do processo educacional tais como: o contexto social, o processo de gestão democrática, as condições físicas, materiais e pedagógicas da escola e o desempenho dos educadores docentes ou não docentes.

A avaliação escolar não deve priorizar o resultado ou o processo, mas deve ser uma prática de investigação e interrogar na relação ensino aprendizagem buscando identificar os conhecimentos construídos e as dificuldades de uma forma dialógica.

Tanto a avaliação da escola e da aprendizagem dos alunos são interdependentes e precisam ser refletidas sempre.

A avaliação faz parte do processo educacional. Assim a avaliação da aprendizagem serve tanto para analisar o desenvolvimento do aluno como para avaliar o trabalho desenvolvido pelo professor.

Assim os indicadores para a avaliação da aprendizagem contribuem para o trabalho coletivo da escola.

Indicadores bem concebidos, que sejam apropriadamente utilizados, podem servir como incentivos positivos para o desenvolvimento da escola. Se indicadores de aprendizagem estudantil encorajam estudantes e professores a focarem o trabalho em habilidades e capacidades, se eles ajudam a identificar necessidades ou problemas (...), então os indicadores poderão ser utilizados mais cotidianamente. (DARLING – HAMMOND e ASCHER, 1991, p.37).

Nesse aspecto o Centro Estadual de Educação Continuada de Ensino Fundamental (anos finais) e Médio – CESEC/Capelinha busca organizar um trabalho participativo para a construção do processo avaliativo na escola tendo o foco no aluno. Entendendo que a avaliação fornece dados relevantes da aprendizagem do aluno e do trabalho do professor, sendo um instrumento de acompanhamento e

aperfeiçoamento do processo de aprendizagem, diagnosticando resultados e valorizando-os adequadamente.

De acordo com Navarro (2004, p. 38-40) a escola precisa ser avaliada como um todo, partindo de um planejamento participativo tendo como foco o aluno, considerando os aspectos mediadores do processo pedagógico. E é assim que o CESEC implementa seus trabalhos, contando com a participação de todos os envolvidos no processo educacional.

Entende-se que o processo educacional é relevante para a efetivação da aprendizagem, e as estratégias e procedimentos precisam ser refletidas para as conquistas de resultados satisfatórios, portanto os resultados e o desenvolvimento dos trabalhos pedagógicos devem ser constantemente avaliados, pois o sucesso ou fracasso na aprendizagem dos alunos é responsabilidade de toda a escola.

8. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- CAVALIERE, Ana Maria. **Tempo de Escola e Qualidade na Educação Pública/2007**. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg.

- Constituição Federal, disponível em: ww.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/htm.

- CURY, Carlos Roberto Jamil. **O Direito à Educação: Um campo de atuação do gestor educacional na escola**. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg.

- DOURADO, Luiz Fernandes (org.); OLIVEIRA, João Ferreira; SANTOS, Catarina Almeida. Brasil: MEC/INEP. **A qualidade da educação: conceitos e definições**. Disponível em: http://escoladegestores.mec.gov.br/site/8-biblioteca/pdf/_da_educacao.pdf.

- FREITAS, Luiz Carlos de. **Ciclos ou séries? O que muda quando se altera a forma de organizar os tempos-espacos da escola?** Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg.

- GONÇALVES, Juçara dos Santos e CARMO, Raimundo Santos do. **Gestão Escolar e o Processo de Tomada de Decisão**. Capítulos 2, 3 e 4.

- Inclusive educação e Cidadania. **Matrículas da educação especial aumentam 15,3% de 2010 para 2011**. Disponível em: <http://www.inclusive.org.br/?p=22910>

- LDBN/9394/96, disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>.

- LOPES, Alice Casimiro. Discursos nas políticas de Currículo. **Currículo sem Fronteiras**, v.6, n.2, pp.33-52, Jul/Dez 2006. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol6iss2articles/lopes.pdf>. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg.

- MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. **Propostas curriculares alternativas: Limites e avanços.** Educação & Sociedade, ano XXI, n.º 73, Dezembro/2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v21n73/4210.pdf>. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg.

- NAVARRO, Ignez Pinto ET AL. **Avaliação: o processo e o produto.** Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg.

- JAPECANGA, Alaíde Pereira. **A Democratização das Relações de Trabalho na Escola Pública Básica.** Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg.

- OLIVEIRA, João Ferreira de. **A construção coletiva do projeto político-pedagógico (PPP) da escola.** Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 17/09/2014.

- SOUZA, Ângelo Ricardo. **Avaliação Institucional:** Avaliação da escola como instituição. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg.